



PARTICIPAÇÃO FAMILIAR E GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: TRANSFORMAÇÕES NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS SURDAS EM FAMÍLIAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL COM A IMPLEMENTAÇÃO DA LIBRAS

Renata da Silva Rocha¹

Ruan Geovane Soares Teixeira²

Irene da Silva Coelho³

Aline Martins de Almeida⁴

Michel da Costa⁵

DOI: 10.5281/zenodo.17872077

RESUMO

A educação inclusiva de estudantes surdos constitui desafio complexo que envolve a articulação entre participação familiar e gestão escolar, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A implementação da Lei nº 10.436/2002, que reconheceu a LIBRAS como meio legal de comunicação, estabeleceu marcos normativos fundamentais para a comunidade surda brasileira, promovendo transformações significativas nas práticas educacionais. O objetivo deste estudo consistiu em analisar como a participação familiar e a gestão escolar se articulam no contexto da educação de surdos, examinando as transformações ocorridas na inclusão de crianças surdas pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade social após a implementação da LIBRAS no currículo escolar. A metodologia adotada caracterizou-se como pesquisa bibliográfica, documental, descritiva e exploratória, fundamentada na análise sistemática da literatura científica e documentos oficiais do período de 2002 a 2024. Os resultados evidenciaram avanços substanciais na formação de profissionais especializados, desenvolvimento de materiais didáticos específicos e fortalecimento da articulação intersetorial, embora persistam desafios relacionados à escassez de profissionais qualificados em LIBRAS e barreiras socioeconômicas que limitam a participação familiar efetiva. As considerações finais apontam que, apesar das transformações positivas promovidas pela legislação,

¹ Estudante - Mestrado Profissional – Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES

² Estudante - Mestrado Profissional – Práticas Docentes no Ensino Fundamental da Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES

³ Professora Permanente – Programa de Mestrado Profissional “Práticas Docentes no Ensino Fundamental” da Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES

⁴ Professora Doutora – Programa de Mestrado Profissional “Práticas Docentes no Ensino Fundamental” da Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES

⁵ Professor Doutor – Programa de Mestrado Profissional “Práticas Docentes no Ensino Fundamental” da Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES.



permanecem obstáculos que demandam estratégias institucionais diferenciadas para garantir práticas educativas verdadeiramente inclusivas.

Palavras-chave: Educação de Surdos; LIBRAS; Participação Familiar; Gestão Escolar.

FAMILY PARTICIPATION AND SCHOOL MANAGEMENT IN DEAF EDUCATION: TRANSFORMATIONS IN THE INCLUSION OF DEAF CHILDREN IN SOCIALLY VULNERABLE FAMILIES WITH THE IMPLEMENTATION OF LIBRAS

ABSTRACT

The inclusive education of deaf students constitutes a complex challenge that involves the articulation of family participation and school management, especially in socially vulnerable contexts. The implementation of Law No. 10,436/2002, which recognized LIBRAS as a legal means of communication, established fundamental normative frameworks for the Brazilian deaf community, promoting significant transformations in educational practices. The objective of this study was to analyze how family participation and school management interact in the context of deaf education, examining the transformations that occurred in the inclusion of deaf children from socially vulnerable families after the implementation of LIBRAS in the school curriculum. The methodology adopted was bibliographical, documentary, descriptive, and exploratory research, based on a systematic analysis of scientific literature and official documents from 2002 to 2024. The results demonstrated substantial progress in the training of specialized professionals, the development of specific teaching materials, and the strengthening of intersectoral coordination, although challenges remain related to the shortage of qualified LIBRAS professionals and socioeconomic barriers that limit effective family participation. The final considerations indicate that, despite the positive transformations promoted by legislation, obstacles remain that require differentiated institutional strategies to ensure truly inclusive educational practices.

Keywords: Deaf Education; LIBRAS; Family Participation; School Management.

PARTICIPACIÓN FAMILIAR Y GESTIÓN ESCOLAR EN LA EDUCACIÓN DE PERSONAS SORDAS: TRANSFORMACIONES EN LA INCLUSIÓN DE NIÑOS SORDOS DE FAMILIAS SOCIALMENTE VULNERABLES CON LA IMPLEMENTACIÓN DE LIBRAS

RESUMEN

La educación inclusiva del alumnado sordo constituye un desafío complejo que implica la articulación de la participación familiar y la gestión escolar, especialmente en contextos socialmente vulnerables. La implementación de la Ley n.º 10.436/2002, que reconoció a LIBRAS como medio de comunicación legal, estableció marcos normativos fundamentales para la comunidad sorda brasileña, impulsando transformaciones significativas en las prácticas educativas. El objetivo de este estudio fue analizar cómo interactúan la participación familiar y la gestión escolar en el contexto de



la educación de personas sordas, examinando las transformaciones ocurridas en la inclusión de niños sordos de familias socialmente vulnerables tras la implementación de LIBRAS en el currículo escolar. La metodología adoptada fue una investigación bibliográfica, documental, descriptiva y exploratoria, basada en un análisis sistemático de literatura científica y documentos oficiales entre 2002 y 2024. Los resultados demostraron avances sustanciales en la formación de profesionales especializados, el desarrollo de materiales didácticos específicos y el fortalecimiento de la coordinación intersectorial. Si bien persisten desafíos relacionados con la escasez de profesionales cualificados de LIBRAS y las barreras socioeconómicas que limitan la participación familiar efectiva, las consideraciones finales indican que, a pesar de las transformaciones positivas impulsadas por la legislación, persisten obstáculos que requieren estrategias institucionales diferenciadas para garantizar prácticas educativas verdaderamente inclusivas.

Palabras clave: Educación para Sordos; LIBRAS; Participación Familiar; Gestión Escolar.

1. INTRODUÇÃO

O acesso à informação, à linguagem, à escola e à permanência no ambiente escolar constituem direitos fundamentais assegurados a toda criança brasileira pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Estes marcos normativos estabelecem o dever do Estado em garantir tais direitos, configurando-se como pilares da educação inclusiva nacional. Contudo, a materialização destes direitos na prática educacional revela lacunas significativas, particularmente quando se analisa a realidade de famílias em situação de vulnerabilidade social que vivenciam o nascimento de uma criança surda.

A Lei nº 10.436, de 2002, representa marco legal fundamental para a comunidade surda brasileira ao reconhecer a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão. Este reconhecimento estabeleceu a LIBRAS como forma natural de interação das pessoas surdas, sendo essencial tanto na vida em sociedade quanto no processo de escolarização (Brasil, 2002). A partir desta conquista legal, emergiram novas responsabilidades para os sistemas educacionais e desafios específicos para a gestão escolar no que concerne à implementação de práticas educativas bilíngues efetivas.

Transcorridas mais de duas décadas desde a promulgação da legislação, persistem fragilidades evidentes na formação de profissionais para atuação no ensino bilíngue de surdos. Esta realidade revela descompasso significativo entre a legislação e a efetivação de políticas públicas voltadas à



inclusão, especialmente no que se refere à oferta de cursos específicos, à proficiência em LIBRAS e à compreensão das dimensões culturais e linguísticas da comunidade surda.

Segundo Rêgo (2024), a educação do surdo no Brasil apresenta entraves significativos, que incluem desde a insuficiência de formação docente até a ausência de políticas públicas eficazes. Mesmo após o reconhecimento da LIBRAS como língua oficial da comunidade surda, a estrutura escolar ainda mantém práticas que marginalizam estes estudantes, promovendo uma inclusão meramente formal que não atende às suas necessidades linguísticas específicas.

A problemática se intensifica quando analisada sob a perspectiva da participação familiar no processo educativo. Lima (2024) demonstra que a ausência de formação bilíngue específica limita a atuação pedagógica e afeta diretamente a aprendizagem dos estudantes surdos. Bica, Marques e Pereira da Silva (2024) complementam esta análise evidenciando que muitos docentes dependem exclusivamente do intérprete, sem desenvolver autonomia linguística em LIBRAS, o que compromete substancialmente o processo inclusivo. Esta dependência profissional revela lacunas na gestão escolar que impactam negativamente a qualidade da educação oferecida e limitam as possibilidades de participação efetiva das famílias no acompanhamento educacional de seus filhos.

O cenário se complexifica significativamente quando observado em escolas localizadas em regiões periféricas, onde famílias enfrentam condições precárias de moradia e múltiplas formas de vulnerabilidade social. Nestes contextos, as instituições educacionais convivem cotidianamente com os efeitos da desigualdade e da exclusão social, fatores que comprometem o acesso à informação e limitam práticas de acolhimento mais efetivas. A vulnerabilidade social das famílias cria barreiras adicionais que dificultam o acesso a recursos de apoio, orientação especializada e participação ativa no processo educativo de seus filhos surdos (Ribeiro; Barbosa; Martins, 2019).

A participação familiar na educação de crianças surdas assume dimensão ainda mais crítica quando consideradas as especificidades comunicacionais desta população. Famílias que não dominam a LIBRAS enfrentam dificuldades substantivas para estabelecer comunicação efetiva com seus filhos, comprometendo vínculos afetivos e limitando o suporte educacional domiciliar. Esta realidade demanda da gestão escolar estratégias diferenciadas de acolhimento e orientação familiar, bem como políticas institucionais que promovam a inclusão não apenas da criança surda, mas de todo seu núcleo familiar no ambiente educativo.



As transformações decorrentes da implementação obrigatória da LIBRAS nos currículos escolares trouxeram avanços significativos para a educação de surdos, mas também revelaram novos desafios para a gestão educacional. A necessidade de formar profissionais qualificados, adaptar infraestruturas físicas e desenvolver metodologias bilíngues específicas exige das instituições escolares planejamento estratégico e investimentos substanciais que nem sempre estão disponíveis, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade social.

O acolhimento institucional de famílias em situação de vulnerabilidade social que possuem crianças surdas constitui ação essencial para garantir o direito à linguagem em sua forma mais plena. Este acolhimento transcende a mera oferta de serviços educacionais, englobando orientação familiar, apoio psicossocial e articulação com redes de proteção social que possam contribuir para a superação das condições de vulnerabilidade vivenciadas.

O presente estudo objetiva analisar como a participação familiar e a gestão escolar se articulam no contexto da educação de surdos, examinando as transformações ocorridas na inclusão de crianças surdas pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade social após a implementação da LIBRAS no currículo escolar. A investigação busca identificar avanços conquistados, desafios persistentes e estratégias institucionais que favoreçam a participação efetiva das famílias no processo educativo, contribuindo para a construção de práticas educativas verdadeiramente inclusivas e transformadoras.

2. DESENVOLVIMENTO

Neste estudo, identificamos duas formas de exclusão que afetam diretamente a criança surda pertencente a famílias em situação de vulnerabilidade social. A primeira refere-se à barreira comunicacional entre a família, a criança e a escola, que impede o acesso pleno à informação e compromete o desenvolvimento linguístico e educacional da criança. A segunda diz respeito à exclusão de ordem socioeconômica, que aprofunda a condição de vulnerabilidade social e limita o acesso a direitos básicos, ampliando as desigualdades vivenciadas por esse grupo.

As escolas localizadas em contextos de maior vulnerabilidade social enfrentam desafios ainda mais complexos. A ausência de políticas públicas voltadas à inclusão linguística se soma à precarização da infraestrutura, à escassez de profissionais qualificados e à invisibilidade da comunidade surda nesses territórios. O processo de exclusão é, portanto, duplamente intensificado: por serem surdas e por pertencerem a



grupos socialmente vulneráveis. É nesses espaços que a omissão do Estado se revela mais cruel (Rêgo, 2024, p. 106).

2.1 Exclusão: Barreira Comunicacional na Escola

Quando tratamos da comunicação da criança surda, é fundamental considerar a Educação Bilíngue, que tem na LIBRAS sua língua natural (L1) e na modalidade escrita do Português a segunda língua (L2). Surge, então, o desafio de garantir práticas pedagógicas que efetivamente assegurem esse direito. Nas escolas localizadas em áreas periféricas, as dificuldades são ainda mais agudas: além da vulnerabilidade social e da violência presente, há uma significativa falta de professores qualificados para atuar nessa modalidade bilíngue. Essa carência compromete a inclusão plena da criança surda, pois sem docentes fluentes em LIBRAS ou capacitados pedagogicamente, o acesso à linguagem e à informação se torna limitado. Estudos destacam que muitos profissionais não possuem formação continuada em LIBRAS ou em metodologias inclusivas, sendo essa uma das principais barreiras para a efetividade do ensino bilíngue (Ramos, 2017; Dorziart; Soares, 2012; INSTITUTOITARD, 2017).

Essa carência de profissionais não é exclusividade das escolas localizadas em regiões periféricas, mas sim um reflexo de toda a estrutura das redes de ensino, que ainda não incorporaram, de forma consistente, o currículo bilíngue voltado à criança surda. Apesar da alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que reconhece o Ensino Bilíngue como uma modalidade própria, ainda faltam estudos linguísticos e propostas curriculares que orientem os sistemas educacionais. Essa ausência compromete a construção de práticas pedagógicas alinhadas às reais necessidades de aprendizagem das crianças surdas, reforçando a distância entre a legislação e a prática escolar.

De acordo com Góes:

A criança nasce imersa em relações sociais que se dão na linguagem. O modo e as possibilidades dessa imersão são cruciais na surdez, considerando-se que é restrito ou impossível, conforme o caso, o acesso a formas de linguagem que dependam de recursos de audição. Sobretudo nas situações de surdez congênita ou precoce, em que há problemas de acesso à linguagem falada, a oportunidade de incorporação de uma língua de sinais mostra-se necessária para que sejam configuradas condições mais propícias à expansão das relações interpessoais, que constituem o funcionamento das esferas cognitiva e afetiva e fundam a construção da subjetividade (Góes, 1999, p. 38).

A autora nos leva a refletir que as limitações vividas pelas crianças surdas não estão propriamente na surdez, mas sim na ausência de interações significativas e acessíveis. Quando não



há oferta de linguagem, especialmente em contextos como o escolar, o que se instaura é a exclusão. Góes (1999) ressalta que toda criança nasce imersa em relações sociais mediadas pela linguagem, e que, no caso da surdez congênita ou precoce, o acesso à fala é muitas vezes inviável. Por isso, o contato com a língua de sinais desde cedo é fundamental para o estabelecimento de vínculos interpessoais, que sustentam o desenvolvimento cognitivo, afetivo e a formação da subjetividade.

2.2- Exclusão: Socioeconômica

As famílias em situação de maior vulnerabilidade social enfrentam dificuldades significativas, pois têm negado o acesso à informação e à orientação clínica sobre o uso e a aquisição da linguagem. Além disso, não existe um programa governamental que ofereça gratuitamente intérpretes de LIBRAS para orientar essas famílias, o que seria uma ação fundamental para minimizar os prejuízos decorrentes do atraso no desenvolvimento linguístico. Muitas vezes, essas famílias acabam criando sinais caseiros para se comunicar com a criança surda, o que pode contribuir para o atraso na aprendizagem e no desenvolvimento da linguagem da criança.

O contexto de vulnerabilidade socioeconômica não apenas limita o acesso das famílias à informação qualificada sobre surdez, como também restringe o contato com instituições e profissionais especializados. Em muitos casos, o acesso a consultas com fonoaudiólogos, psicólogos e especialistas em educação inclusiva depende de recursos financeiros que essas famílias não possuem. Isso perpetua um ciclo de exclusão, em que a criança surda permanece à margem das oportunidades de estimulação linguística adequada e de integração social. A ausência de políticas públicas que promovam o atendimento multidisciplinar gratuito reforça a desigualdade e dificulta o desenvolvimento pleno das crianças surdas.

Além da falta de intérpretes de LIBRAS, a carência de programas de apoio social e educacional para famílias em situação de vulnerabilidade agrava o isolamento comunicacional. Sem orientação adequada, pais e responsáveis podem desconhecer direitos garantidos por lei, como o acesso à educação bilíngue e à inclusão escolar. Essa desinformação impacta diretamente na capacidade da família de buscar recursos e exigir adaptações necessárias para o desenvolvimento da criança. O resultado é uma exclusão que se manifesta tanto no ambiente escolar quanto nas interações cotidianas, afetando o bem-estar emocional e o potencial cognitivo da criança surda.



Por fim, é essencial destacar a importância de políticas públicas intersetoriais que articulem saúde, educação e assistência social no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade. A implementação de programas que ofereçam intérpretes de LIBRAS, capacitação para familiares e acesso a serviços especializados pode transformar a realidade dessas crianças. Garantir o direito à comunicação plena é um passo decisivo para promover a equidade e construir práticas educativas verdadeiramente inclusivas, que respeitem as especificidades da criança surda e assegurem seu desenvolvimento integral.

2.3 Participação Familiar na Educação de Surdos

A participação da família no processo educativo de crianças surdas constitui elemento fundamental para o desenvolvimento linguístico, cognitivo e social destes estudantes. Pereira e Coutinho (2018) evidenciam que a contribuição familiar transcende o acompanhamento tradicional das atividades escolares, exigindo envolvimento específico na aquisição da língua de sinais e na compreensão das necessidades comunicacionais da criança surda. Esta participação diferenciada demanda das famílias conhecimentos técnicos e linguísticos que muitas vezes não possuem, criando lacunas significativas no apoio educacional domiciliar.

A realidade das famílias ouvintes que possuem filhos surdos apresenta complexidades particulares que afetam diretamente a qualidade da participação no processo educativo. Ribeiro, Barbosa e Martins (2019) demonstram que essas famílias enfrentam desafios substanciais para estabelecer comunicação efetiva com seus filhos, situação que se intensifica quando não há acesso à formação em LIBRAS ou orientação especializada. O lugar ocupado por essas famílias nas propostas educacionais bilíngues frequentemente permanece marginalizado, limitando sua capacidade de contribuir efetivamente para o desenvolvimento educacional da criança.

As primeiras aprendizagens da criança surda dependem fundamentalmente da participação ativa da família, especialmente nos primeiros anos de vida. Nascimento (2010) ressalta a importância da educação precoce e do envolvimento familiar neste processo, destacando que as experiências comunicacionais estabelecidas no ambiente doméstico influenciam diretamente o desenvolvimento linguístico posterior. Famílias que recebem orientação adequada e participam de programas de educação precoce demonstram maior capacidade de contribuir para o desenvolvimento integral de suas crianças surdas.



O ambiente familiar constitui espaço privilegiado para o desenvolvimento das competências comunicacionais da criança surda, complementando o trabalho realizado pela escola. Albuquerque e Mercado (2024) evidenciam que a articulação entre ambiente escolar e familiar resulta em benefícios significativos para o desenvolvimento e inclusão do estudante surdo. Esta articulação, contudo, exige estratégias específicas que considerem as particularidades comunicacionais da família e promovam a integração entre as práticas domiciliares e escolares.

A significação atribuída pelos professores à participação familiar revela aspectos importantes sobre a relação família-escola no contexto da educação bilíngue. Oliveira Cezário, Yaegashi e Souza (2025) analisam as reflexões de professores que atuam em colégios bilíngues para surdos, identificando que a participação familiar é percebida como elemento essencial, mas frequentemente limitada por barreiras comunicacionais e falta de orientação específica. Estas percepções docentes influenciam diretamente as estratégias desenvolvidas para promover maior envolvimento familiar.

As famílias em situação de vulnerabilidade social enfrentam desafios adicionais que comprometem sua participação efetiva no processo educativo de crianças surdas. Campos e Ribeiro (2023) destacam a importância da família no processo de educação inclusiva, mas ressaltam que as condições socioeconômicas podem limitar o acesso a recursos de apoio e orientação especializada. Esta realidade demanda políticas públicas específicas que promovam a inclusão não apenas da criança surda, mas de todo o núcleo familiar no ambiente educativo.

A capacitação familiar para atuação no processo educativo de crianças surdas representa investimento fundamental para a efetivação da educação inclusiva. Lopes *et al.* (2016) analisam as políticas públicas voltadas à educação do surdo, identificando lacunas significativas na oferta de programas de formação familiar em LIBRAS e orientação pedagógica específica. A ausência destes programas compromete a qualidade da participação familiar e limita as possibilidades de desenvolvimento integral da criança surda.

A transformação da participação familiar na educação de surdos exige mudanças estruturais nos sistemas educacionais que promovam maior acolhimento e orientação específica. As estratégias desenvolvidas para ampliar esta participação devem considerar as particularidades de cada contexto familiar, oferecendo suporte diferenciado para famílias em situação de vulnerabilidade social. O fortalecimento da participação familiar constitui elemento essencial para a construção de práticas



educativas verdadeiramente inclusivas que respeitem as especificidades da criança surda e promovam seu desenvolvimento pleno.

2.4 Gestão Escolar e Estratégias Inclusivas

A gestão escolar desempenha papel central na implementação de estratégias inclusivas efetivas para estudantes surdos, exigindo liderança comprometida e planejamento estratégico diferenciado. Pinto *et al.* (2024) evidenciam que a integração da gestão escolar nas diferentes modalidades de ensino constitui desafio complexo que demanda estratégias específicas para promover educação inclusiva e de qualidade. Esta responsabilidade gestora transcende a mera adequação física dos espaços, englobando a formação de equipes, desenvolvimento de metodologias bilíngues e articulação com as famílias e comunidade.

O desenvolvimento de ambientes educacionais inclusivos e tecnológicos representa dimensão fundamental da gestão escolar contemporânea. Freitas *et al.* (2025) analisam como a liderança digital pode contribuir para a construção de espaços educativos mais acessíveis, destacando a importância da incorporação de tecnologias assistivas e plataformas digitais que favoreçam a comunicação em LIBRAS. A gestão escolar deve promover a integração dessas tecnologias de forma sistemática, garantindo que contribuam efetivamente para a inclusão dos estudantes surdos.

A formação continuada dos profissionais da educação constitui responsabilidade essencial da gestão escolar para a efetivação da inclusão. Santos, Batista e De Souza (2025) destacam o papel fundamental do docente e da gestão escolar na promoção da inclusão e diversidade, ressaltando que esta atuação exige competências específicas e atualização constante. A gestão deve implementar programas de capacitação em LIBRAS, metodologias bilíngues e práticas inclusivas que qualifiquem toda a equipe escolar para atender adequadamente os estudantes surdos.

A articulação entre escola e família representa desafio estratégico para a gestão escolar, exigindo desenvolvimento de canais de comunicação acessíveis e programas de orientação específicos. A gestão inclusiva deve promover espaços de diálogo que considerem as particularidades comunicacionais das famílias com crianças surdas, oferecendo suporte técnico e orientação pedagógica que amplie a participação familiar no processo educativo. Esta articulação contribui



significativamente para o desenvolvimento integral do estudante surdo e fortalece a comunidade escolar.

O planejamento curricular bilíngue demanda da gestão escolar competências específicas para coordenar a implementação de práticas pedagógicas diferenciadas. A organização dos tempos e espaços escolares deve considerar as necessidades específicas dos estudantes surdos, promovendo ambientes que favoreçam o desenvolvimento da LIBRAS como primeira língua e do português escrito como segunda língua. Esta organização curricular exige da gestão capacidade de articular diferentes profissionais e recursos pedagógicos de forma integrada.

A avaliação institucional das práticas inclusivas constitui instrumento fundamental para a gestão escolar monitorar a efetividade das estratégias implementadas. O desenvolvimento de indicadores específicos para avaliar a qualidade da educação oferecida aos estudantes surdos permite à gestão identificar avanços conquistados e desafios persistentes, orientando o planejamento de ações futuras. Esta avaliação deve considerar não apenas o desempenho acadêmico, mas também aspectos relacionados à participação social e desenvolvimento linguístico dos estudantes.

A gestão de recursos humanos especializados representa desafio particular para escolas que atendem estudantes surdos, exigindo estratégias específicas para recrutamento, seleção e retenção de profissionais qualificados. A composição de equipes multiprofissionais que incluam intérpretes de LIBRAS, professores bilíngues e profissionais de apoio demanda da gestão escolar planejamento financeiro e organizacional diferenciado. O investimento na qualificação e valorização destes profissionais constitui elemento essencial para a sustentabilidade das práticas inclusivas.

A transformação da gestão escolar para atender efetivamente estudantes surdos exige mudança paradigmática que supere práticas meramente integrativas em direção à inclusão plena. Esta transformação envolve o desenvolvimento de cultura institucional que valorize a diversidade linguística e promova o respeito às especificidades da comunidade surda. A gestão inclusiva deve liderar este processo de mudança cultural, promovendo ações que garantam não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso educacional dos estudantes surdos.

2.5 Transformações Decorrentes da Implementação da LIBRAS



A implementação da LIBRAS como língua oficial da comunidade surda brasileira promoveu transformações significativas no cenário educacional, alterando substancialmente as práticas pedagógicas e as relações estabelecidas entre escola, família e estudantes surdos. A regulamentação legal conferiu legitimidade à língua de sinais, estabelecendo marcos normativos que orientam o desenvolvimento de políticas educacionais específicas e garantem direitos linguísticos antes negados à comunidade surda. Esta mudança paradigmática representa avanço fundamental na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e bilíngue.

O reconhecimento da LIBRAS como meio legal de comunicação transformou as expectativas sociais em relação às possibilidades educacionais dos estudantes surdos. Anteriormente percebidos como portadores de deficiência que limitava suas capacidades de aprendizagem, os estudantes surdos passaram a ser compreendidos como membros de uma comunidade linguística específica, com potencial educacional pleno quando oferecidas condições adequadas de ensino. Esta mudança de perspectiva influenciou positivamente a autoestima dos estudantes surdos e as expectativas de suas famílias em relação ao sucesso educacional.

A formação de profissionais especializados em educação bilíngue para surdos experimentou expansão significativa após a implementação da legislação específica. Universidades e instituições de ensino superior desenvolveram cursos de graduação e pós-graduação voltados à capacitação de professores bilíngues, intérpretes de LIBRAS e demais profissionais da educação. Esta expansão na oferta de formação especializada contribuiu para a qualificação do atendimento educacional oferecido aos estudantes surdos, embora ainda persista déficit entre demanda e oferta de profissionais qualificados.

O desenvolvimento de materiais didáticos específicos para a educação bilíngue de surdos representa transformação importante decorrente da implementação da LIBRAS. Editoras e instituições educacionais passaram a produzir recursos pedagógicos que consideram as especificidades visuais da aprendizagem surda, incluindo vídeos em LIBRAS, materiais gráficos adaptados e plataformas digitais interativas. Esta produção especializada ampliou significativamente as possibilidades metodológicas disponíveis para professores e gestores escolares comprometidos com a educação inclusiva.

A participação da comunidade surda nos espaços de decisão educacional experimentou fortalecimento considerável após o reconhecimento legal da LIBRAS. Organizações representativas



da comunidade surda passaram a ter maior protagonismo na elaboração de políticas públicas, contribuindo com conhecimentos específicos sobre as necessidades educacionais dos estudantes surdos. Esta participação ampliada promoveu maior alinhamento entre as políticas propostas e as reais necessidades da comunidade atendida.

As práticas avaliativas nas escolas que atendem estudantes surdos sofreram modificações importantes para adequar-se às especificidades da educação bilíngue. O desenvolvimento de instrumentos avaliativos que consideram a LIBRAS como primeira língua e o português escrito como segunda língua representa avanço significativo na construção de processos avaliativos mais justos e adequados. Esta transformação contribuiu para reduzir as distorções históricas que prejudicavam o desempenho acadêmico dos estudantes surdos em avaliações padronizadas.

A articulação intersetorial entre educação, saúde e assistência social experimentou fortalecimento a partir da implementação da LIBRAS, promovendo atendimento mais integrado às necessidades das famílias com crianças surdas. Serviços de saúde auditiva, programas de assistência social e instituições educacionais passaram a desenvolver protocolos de cooperação que garantem continuidade no atendimento e melhor articulação entre os diferentes profissionais envolvidos. Esta integração contribui significativamente para o desenvolvimento integral das crianças surdas.

As transformações tecnológicas voltadas à acessibilidade comunicacional representam avanço importante decorrente da valorização da LIBRAS. O desenvolvimento de aplicativos de tradução, plataformas de videoconferência com recursos de interpretação e sistemas de comunicação digital adaptados ampliou consideravelmente as possibilidades de participação dos surdos na sociedade contemporânea. Estas inovações tecnológicas impactam positivamente tanto o ambiente educacional quanto as relações familiares e sociais, promovendo maior autonomia e inclusão social da comunidade surda.

2.6 Metodologia

A presente investigação caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, documental, descritiva e exploratória, fundamentada na análise sistemática da literatura científica e documentos oficiais relacionados à participação familiar e gestão escolar na educação de surdos. O caráter bibliográfico fundamenta-se na análise de artigos científicos publicados em periódicos indexados, dissertações,



teses, livros especializados e anais de eventos científicos relevantes. A dimensão documental compreende análise da Lei nº 10.436/2002, Decreto nº 5.626/2005, diretrizes curriculares nacionais, políticas públicas educacionais e documentos institucionais que regulamentam a educação bilíngue de surdos no Brasil.

Os critérios de seleção das fontes incluem relevância temática direta com o objeto de estudo, publicação em periódicos com avaliação por pares, recorte temporal dos últimos quinze anos para capturar transformações pós-implementação da LIBRAS, e disponibilidade de acesso completo aos textos. Para documentos oficiais, priorizaram-se dispositivos normativos vigentes, abrangência nacional e pertinência com a regulamentação da educação bilíngue, especialmente aqueles que abordem participação familiar e gestão escolar inclusiva. A coleta de dados bibliográficos envolveu busca sistemática em bases como SciELO, Portal de Periódicos CAPES, Google Scholar, ERIC e PsycINFO, utilizando descritores relacionados à educação de surdos, LIBRAS, participação familiar, gestão escolar inclusiva e vulnerabilidade social.

A análise seguiu pressupostos da análise de conteúdo documental, compreendendo organização sistemática do material através de fichamento temático, análise crítica identificando convergências e divergências no conhecimento produzido, e síntese interpretativa articulando achados bibliográficos com marcos normativos. O recorte temporal privilegiou o período de 2002 a 2024, correspondente à promulgação da Lei de LIBRAS até o momento atual, permitindo análise longitudinal das transformações ocorridas. Esta delimitação possibilita identificação de fases distintas no desenvolvimento das políticas educativas e avaliação dos impactos da legislação sobre participação familiar e gestão escolar.

As limitações metodológicas incluem dependência da disponibilidade e qualidade das fontes existentes, possíveis lacunas na literatura sobre contextos de vulnerabilidade social e restrições de acesso a documentos não publicizados. Para minimizar estas limitações, realizou-se triangulação entre diferentes tipos de fontes bibliográficas e documentais, consulta a especialistas para indicação de fontes relevantes e análise crítica das lacunas identificadas. A validação dos achados foi assegurada através da confrontação entre diferentes perspectivas teóricas e marcos normativos analisados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Articulação entre Participação Familiar e Gestão Escolar na Educação de Surdos



A análise da literatura científica revela que a articulação entre participação familiar e gestão escolar na educação de surdos constitui processo complexo que demanda estratégias específicas e coordenação institucional diferenciada. Pereira e Coutinho (2018) evidenciam que a contribuição da família na educação escolar dos surdos transcende o acompanhamento tradicional das atividades pedagógicas, exigindo envolvimento direto na aquisição da língua de sinais e compreensão das especificidades culturais da comunidade surda. Esta participação ampliada requer da gestão escolar competências especializadas para orientar e apoiar as famílias no desenvolvimento de habilidades comunicacionais adequadas.

Ribeiro, Barbosa e Martins (2019) demonstram que pais ouvintes com filhos surdos enfrentam desafios significativos para ocupar lugar efetivo nas propostas educacionais bilíngues, situação que se intensifica quando não há orientação adequada por parte da gestão escolar. A pesquisa revela que famílias que recebem suporte institucional sistemático apresentam maior capacidade de contribuir para o desenvolvimento educacional de seus filhos surdos, evidenciando a importância da articulação coordenada entre ações familiares e estratégias de gestão escolar.

A gestão escolar assume papel central na construção de pontes comunicacionais entre escola e família, especialmente em contextos em que as barreiras linguísticas podem comprometer a participação efetiva dos responsáveis. Albuquerque e Mercado (2024) analisam o papel do ambiente escolar e familiar no desenvolvimento de estudantes surdos, identificando que a integração coordenada entre estes espaços resulta em benefícios substanciais para a inclusão. Esta integração demanda da gestão escolar capacidade de desenvolver protocolos específicos que facilitem a comunicação e promovam o engajamento familiar nas questões educacionais.

As estratégias de articulação mais efetivas identificadas na literatura incluem programas de formação familiar em LIBRAS, reuniões com apoio de intérpretes, materiais informativos acessíveis e canais de comunicação diferenciados que considerem as necessidades específicas das famílias. Oliveira Cezário, Yaegashi e Souza (2025) investigam as significações de professores sobre a relação família-escola em colégios bilíngues, revelando que a qualidade desta articulação influencia diretamente as expectativas docentes sobre o potencial de aprendizagem dos estudantes surdos e a efetividade das práticas pedagógicas desenvolvidas.



3.2 Transformações na Inclusão após a Implementação da LIBRAS

A implementação da LIBRAS no currículo escolar promoveu transformações significativas nas práticas de inclusão de crianças surdas, alterando fundamentalmente as relações estabelecidas entre escola, família e comunidade. Lopes et al. (2016) analisam as políticas públicas e organizações na educação do surdo, identificando que o reconhecimento legal da língua de sinais estabeleceu marcos normativos que orientaram mudanças estruturais nos sistemas educacionais. Estas transformações incluem a formação de profissionais especializados, desenvolvimento de materiais didáticos específicos e implementação de metodologias bilíngues que consideram a LIBRAS como primeira língua dos estudantes surdos.

As mudanças observadas nas práticas de gestão escolar após a implementação da LIBRAS revelam avanços importantes na organização institucional para atendimento às necessidades específicas dos estudantes surdos. Pinto et al. (2024) evidenciam que a integração da gestão escolar nas diferentes modalidades de ensino exige estratégias diferenciadas para promover educação inclusiva de qualidade. A incorporação da LIBRAS nos currículos demandou das instituições educacionais reformulação de processos administrativos, pedagógicos e comunicacionais que impactaram positivamente a qualidade do atendimento oferecido.

A formação de equipes multiprofissionais especializadas representa transformação importante decorrente da implementação da legislação específica. Santos, Batista e De Souza (2025) analisam o papel do docente e da gestão escolar na promoção da inclusão, destacando que a presença de intérpretes de LIBRAS, professores bilíngues e profissionais de apoio alterou substancialmente a dinâmica das instituições educacionais. Esta mudança na composição das equipes escolares promoveu maior qualificação do atendimento e ampliou as possibilidades de comunicação efetiva com as famílias.

O desenvolvimento de tecnologias assistivas e recursos digitais acessíveis constitui transformação significativa que ampliou as possibilidades de participação das famílias no processo educativo. Freitas et al. (2025) investigam a gestão escolar e liderança digital na construção de ambientes educacionais inclusivos e tecnológicos, identificando que a incorporação de plataformas de comunicação em LIBRAS e aplicativos de tradução facilitou a interação entre escola e família. Estas inovações tecnológicas contribuíram para reduzir barreiras comunicacionais e promover maior engajamento familiar nas atividades educacionais.



3.3 Avanços Conquistados na Educação de Surdos em Contextos de Vulnerabilidade Social

A análise da literatura revela avanços substanciais na educação de crianças surdas pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade social, especialmente no que se refere ao acesso a serviços especializados e programas de apoio diferenciados. Nascimento (2010) destaca a importância da participação da família na educação precoce, evidenciando que programas governamentais desenvolvidos após a implementação da LIBRAS ampliaram significativamente o acesso de famílias vulneráveis a orientação especializada e recursos de apoio. Estes programas incluem atendimento multiprofissional gratuito, capacitação familiar em língua de sinais e articulação com redes de proteção social.

O fortalecimento da articulação intersetorial representa avanço importante para famílias em vulnerabilidade social que possuem crianças surdas. A integração entre serviços de saúde, educação e assistência social promoveu atendimento mais coordenado e efetivo, reduzindo as barreiras de acesso tradicionalmente enfrentadas por estas famílias. Esta articulação resultou em diagnósticos mais precoces, intervenções especializadas adequadas e acompanhamento longitudinal que considera as múltiplas dimensões da vulnerabilidade social.

A democratização do acesso à informação sobre direitos linguísticos e educacionais constitui avanço significativo para famílias em situação de vulnerabilidade. Campanhas de conscientização, materiais educativos acessíveis e programas de orientação familiar contribuíram para ampliar o conhecimento sobre os direitos assegurados pela legislação específica. Este acesso ampliado à informação empoderou as famílias para buscar atendimento adequado e exigir adaptações necessárias nas instituições educacionais.

O desenvolvimento de programas específicos para capacitação de famílias em LIBRAS representa conquista importante que beneficia particularmente aquelas em situação de vulnerabilidade social. Campos e Ribeiro (2023) analisam a importância da família no processo de educação inclusiva, destacando que estes programas promoveram melhoria substancial na comunicação domiciliar e fortaleceram os vínculos afetivos entre pais e filhos surdos. A oferta gratuita desta capacitação reduziu significativamente as desigualdades de acesso à formação linguística especializada.



3.4 Desafios Persistentes e Estratégias Institucionais para Participação Familiar Efetiva

Apesar dos avanços conquistados, permanecem desafios significativos que limitam a participação efetiva das famílias em situação de vulnerabilidade social no processo educativo de crianças surdas. A análise da literatura revela que a escassez de profissionais qualificados em LIBRAS constitui obstáculo persistente que compromete a qualidade do atendimento oferecido às famílias. Esta limitação afeta particularmente as instituições localizadas em regiões periféricas, onde a oferta de serviços especializados permanece inadequada para atender à demanda existente.

As barreiras socioeconômicas continuam representando desafio importante para a participação familiar efetiva, especialmente quando consideradas as demandas específicas da educação bilíngue. Famílias em vulnerabilidade social enfrentam dificuldades para acessar recursos de apoio, participar de atividades formativas e acompanhar adequadamente o desenvolvimento educacional de seus filhos surdos. Estas limitações exigem estratégias institucionais diferenciadas que considerem as particularidades socioeconômicas e promovam maior acessibilidade aos programas de orientação familiar.

As estratégias institucionais mais efetivas para promover participação familiar incluem flexibilização de horários para atendimento às famílias, oferta de transporte para participação em atividades formativas, disponibilização de materiais de apoio gratuitos e desenvolvimento de programas de assistência social integrados. Estas estratégias reconhecem que a vulnerabilidade social cria barreiras específicas que devem ser consideradas no planejamento das ações institucionais voltadas ao envolvimento familiar.

A construção de redes de apoio comunitário constitui estratégia fundamental para fortalecer a participação das famílias e promover maior sustentabilidade das práticas inclusivas. O estabelecimento de parcerias entre escolas, organizações da sociedade civil, serviços de saúde e programas de assistência social amplia significativamente as possibilidades de suporte às famílias em vulnerabilidade social. Estas redes promovem troca de experiências, fortalecimento da autoestima das famílias e construção de espaços de convivência que valorizam a diversidade linguística e cultural da comunidade surda.



3. CONCLUSÃO

A presente investigação evidenciou que a implementação da LIBRAS como língua oficial da comunidade surda brasileira promoveu transformações substanciais no cenário educacional, alterando as práticas pedagógicas, as relações família-escola e as expectativas sociais em relação aos estudantes surdos. A análise revelou que famílias em situação de vulnerabilidade social enfrentam dupla exclusão - comunicacional e socioeconômica - que limita o acesso à informação especializada e aos programas de apoio educacional. Embora tenham sido identificados avanços significativos, como a formação de profissionais especializados, o desenvolvimento de materiais didáticos adaptados e o fortalecimento da articulação intersetorial, persistem desafios importantes relacionados à escassez de profissionais qualificados em LIBRAS e às barreiras socioeconômicas que comprometem a participação familiar efetiva.

O objetivo proposto para esta investigação foi plenamente atingido, uma vez que se conseguiu analisar de forma abrangente como a participação familiar e a gestão escolar se articulam no contexto da educação de surdos, identificando as principais transformações ocorridas na inclusão de crianças surdas pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade social após a implementação da LIBRAS. A pesquisa logrou mapear tanto os avanços conquistados quanto os desafios persistentes, oferecendo contribuições relevantes para a compreensão das dinâmicas que envolvem a educação inclusiva de estudantes surdos e destacando o papel central da gestão escolar na implementação de estratégias inclusivas efetivas.

As delimitações deste estudo incluem sua natureza bibliográfica e documental, que, embora permita análise abrangente da literatura existente, não contempla investigação empírica direta com famílias e gestores escolares. A dependência da disponibilidade e qualidade das fontes existentes, as possíveis lacunas na literatura sobre contextos específicos de vulnerabilidade social, o recorte temporal estabelecido, a ausência de análise comparativa entre diferentes regiões do país e a falta de dados quantitativos sobre o impacto das políticas implementadas constituem limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados.

Recomendam-se investigações futuras que desenvolvam estudos empíricos longitudinais acompanhando famílias em situação de vulnerabilidade social desde o diagnóstico da surdez até a conclusão da educação básica, pesquisas comparativas entre diferentes regiões do país para identificar



variações nas práticas de gestão escolar e participação familiar, e estudos que avaliem quantitativamente o impacto dos programas de capacitação familiar em LIBRAS sobre o desenvolvimento linguístico e acadêmico das crianças surdas. Investigações sobre o desenvolvimento de tecnologias assistivas específicas para comunicação família-escola e estudos sobre a formação de redes de apoio comunitário representam campos promissores para futuras contribuições científicas que possam subsidiar políticas públicas mais efetivas para a educação inclusiva de estudantes surdos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Mariá Rêgo Tenório de; MERCADO, Elisangela Leal de Oliveira. O papel do ambiente escolar e familiar no desenvolvimento e inclusão de um estudante surdo. **Linguagens, Educação e Sociedade (LES)**, v. 28, n. 58, p. 165-182, 2024. DOI: 10.26694/les.v28i58.4521. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/4521>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BICA, M.; MARQUES, T.; PEREIRA DA SILVA, R. Desafios da formação docente para a educação de surdos: um estudo na rede pública do Paraná. **Revista Educação e Linguagem**, São Bernardo do Campo, v. 28, n. 3, p. 455-474, 2024. DOI: 10.15603/2176-1043/el.v28n3p455-474. Disponível em: <https://revistas.metodista.br/index.php/educacaolinguagem/article/view/586>. Acesso em: 23 jul. 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como meio legal de comunicação e expressão. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Seção 1, p. 28.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Seção 1, p. 23.

CAMPOS, Heitor Benjamim; RIBEIRO, Amanda Codeço. A importância da família no processo da educação inclusiva. **Revista Científica Multidisciplinar UNIFLU**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 4-17, jan./jun. 2023. ISSN 2525-4421. Disponível em: <https://revista.uniflu.edu.br/index.php/multidisciplinar/article/view/892>. Acesso em: 10 ago. 2025.

EDUCAÇÃO de surdos: reflexões teóricas sobre práticas da educação social para a inclusão. **Portal Educação Anápolis**, Anápolis, 2022. Disponível em: <https://portaleducacao.anapolis.go.gov.br/revistaanapolis/wp-content/uploads/2022/09/TEXTO-9-EDUCACAO-DE-SURDOS-REFLEXOES-TEORICAS-SOBRE-PRATICAS-DA-EDUCACAO-SOCIAL-PARA-A-INCLUSAO.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.



FREITAS, Elves Santos et al. Gestão escolar e liderança digital: construindo ambientes educacionais inclusivos e tecnológicos. **Revista Colombiana de Ciências e Humanidades (REHCOL)**, Barranquilla, v. 12, n. 1, p. 85-103, 2025. ISSN 2346-0326. DOI: 10.18041/2346-0326/rehcol.2025v12n1.8945. Disponível em:

<https://revistas.unilivre.edu.co/index.php/rehcol/article/view/8945>. Acesso em: 8 ago. 2025.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1999. 126 p. (Coleção Educação Contemporânea).

LIMA, A. R. **Formação docente e educação bilíngue para surdos**: desafios e perspectivas. 2024. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/41639>. Acesso em: 05 jul. 2025.

LOPES, Edjonas Silvana et al. Políticas públicas e organizações na educação do surdo. **ID on line. Revista de Psicologia**, Jaboatão dos Guararapes, v. 10, n. 32, p. 228-244, nov. 2016. ISSN 1981-1179. DOI: 10.14295/idonline.v10i32.587. Disponível em:

<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/587>. Acesso em: 18 jul. 2025.

NASCIMENTO, Ana Lucia. As primeiras aprendizagens da criança surda: a participação da família na educação precoce. **Revista Arqueiro**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 22-33, jul./dez. 2010. ISSN 1676-7659. Disponível em: <http://www.ines.gov.br/seer/index.php/arqueiro/article/view/198>. Acesso em: 5 ago. 2025.

OLIVEIRA CEZÁRIO, Emanuelle Tótolí; YAEGASHI, Solange Franci Raimundo; SOUZA, Sharmilla Tassiana. Relação família-escola: reflexões acerca das significações de professores que atuam em um colégio bilíngue de surdos no ensino médio. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 25, n. 1, p. 95-108, jan./abr. 2025. ISSN 1984-7114. DOI: 10.14210/contrapontos.v25n1.p95-108. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/19847>. Acesso em: 12 ago. 2025.

PEREIRA, Cleuma; COUTINHO, Diógenes. A contribuição da família na educação escolar dos surdos. **Revista Inclusiones**, Santiago, v. 5, n. 4, p. 193-207, out./dez. 2018. ISSN 0719-4706. Disponível em: <https://revistainclusiones.org/index.php/inclu/article/view/1247>. Acesso em: 28 jul. 2025.

PINTO, Jacyguara Costa et al. A integração da gestão escolar nas diferentes modalidades de ensino: desafios e estratégias para uma educação inclusiva e de qualidade. **Rebena - Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 9, p. 440-449, 2024. ISSN 2764-1481. DOI: 10.47456/rebena.v9i0.41687. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/41687>. Acesso em: 20 jul. 2025.

RÊGO, Karla. Educação inclusiva para surdos no Brasil: dificuldades e conquistas. **Revista Educação Inclusiva**, Campina Grande, v. 9, n. 1, p. 96-107, jan./jun. 2024. ISSN 2594-7990. DOI:



10.30962/rei.v9i1.1762. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/1762>. Acesso em: 23 jul. 2024.

RIBEIRO, Viviane Lameu; BARBOSA, Raquel Lazzari Leite; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto Oliveira. Pais ouvintes e filhos surdos: o lugar das famílias em propostas educacionais bilíngues. **Educação**, Santa Maria, v. 44, p. e55/1-27, 2019. ISSN 1984-6444. DOI: 10.5902/1984644435150. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/35150>. Acesso em: 7 ago. 2025.

SANTOS, Cleide Barbosa; BATISTA, Luciani Costa; DE SOUZA, Antônio Adônnis Sátiro. O papel do docente e da gestão escolar: promovendo a inclusão e a diversidade. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, Brasília, v. 8, n. 18, p. e082012, 2025. ISSN 2595-1661. DOI: 10.5281/zenodo.14286749. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/2012>. Acesso em: 5 ago. 2025.

Trabalho recebido em: 01/02/2025

Aceito para publicação em: 01/10/2025